

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O PAPEL QUE A LOGOTERAPIA TEM NESSE PROCESSO

SOCIAL TRANSFORMATION: THE ROLE OF LOGOTHERAPY IN THIS PROCESS

Sam Cyrour

*Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial- ABLAE
Academia Internacional para a Psicoterapia Positiva e Transculturala*

Resumo. Partindo da ideia de que a Fenomenologia é o campo que produz observações mais eficazes do fenômeno humano, delinea-se no presente trabalho o caminho que se deve traçar para além de conceitos como fragmentação/plenitude, modelo de equilíbrio e hipótese de ignorância que conduzem as separações entre o gênero humano. A interpretação das leis da ontologia dimensional ou da tridimensionalidade humana comprovam o papel fundamental que a Logoterapia tem na transformação de uma sociedade voltada para o poder e/ou prazer, para uma voltada para o sentido.

Palavras-chave: fragmentação/plenitude; modelo de equilíbrio; hipótese de ignorância; preconceito; transformação social; ontologia dimensional.

Abstract. From the idea that Phenomenology is the field from which more effective observations of the human phenomenon are produced, it's in the current essay sketched a pathway which must lead, further away concepts such as fragmentation/plenitude, balance model e ignorance hypothesis that lead to the divisions amongst Humankind. The interpretations of the dimensional ontology laws or the human tridimensionality are self-evident that the main role of Logotherapy is transforming a society turned to power and/or pleasure, to one focused to meaning.

Keywords. fragmentation/plenitude; balance model; ignorance hypothesis; prejudice; social transformation; dimensional ontology.

A FENOMENOLOGIA COMO BASE PARA ESTUDOS TRANSCULTURAIIS

Ao se seguir a tradição fenomenológica, os fenômenos existenciais que preenchem o campo da experiência humana deixam de ser fenômenos objetivos e frios e convertem-se no *phainô*, fenômenos que se manifestam no seu próprio brilho e na sua própria luz, que aparecem e tornam-se visíveis iluminando um caminho para longe da prepotência de um observador que pode impor a sua visão de mundo. A fenomenologia livra o observador de conceitos¹, hipóteses, teorias, ideologias e escolas, levando-o à humildade de poder descobrir o novo em cada manifestação do seu equivocadamente designado objeto de estudo. Como diria Teixeira (1990), ela é “um modo de estar que, por momentos, se esquece das certezas de verificação científica para concentrar-se nas experiências vividas do sujeito” (pp. 50-1).

Assim, a psicologia torna-se mais “humanista” (Ludewig, 1992/1998, p. 52) com figuras como Fromm, Maslow, Pearls e Rogers, radicados nos pensamentos de Buber e Marcel, e que, por sua vez, reencontravam a fenomenologia descritiva de Brentano, que se assentava na experiência pessoal e interna de cada indivíduo e na sua auto-observação. Dirigindo-se à vivência da pessoa, a fenomenologia confere assim um pleno significado aos processos psicológicos tendo em vista a pessoa e o seu mundo.

¹ Kierkegaard (1975, cit. in Lopes, 200) afirma: “interessa que o fenômeno não seja alterado e que o conceito se desenvolva à luz do fenômeno” (p. 26).

Nesta linha, é apenas natural que Husserl conceba uma ideia de mundo experienciado pela pessoa, i.e. um mundo que é resultado da interpretação das experiências da pessoa nesse mesmo mundo. Os seres humanos não são, portanto, criadores da experiência (experiência espontânea), mas autores da experiência consciente (experiência reflexiva), cabendo a quem observa o fenômeno em ajudar à pessoa na reconstrução do seu mundo pessoal a partir dos seus pontos de vista e das suas experiências.

Sinteticamente, Husserl explica da seguinte forma (cf. Teixeira, 1990):

- O fenômeno é o que aparece, o objecto que se intui, que aparenta, que aparece na consciência do ser aqui e agora;

- A fenomenologia examina os conteúdos da consciência liberta de ideias e pré-concepções teóricas;

- Deve-se explorar o objecto que se percebe, se sente ou se comunica;

- A análise do vivido é a base do conhecimento e a forma de encontrar autenticidade da experiência;

- A consciência é definida com intencionalidade, sendo uma consciência no mundo.

É por isso que na fenomenologia pode-se ver a “luz do projecto pessoal” que é “construído momento a momento”. Ela pretende compreender o *sein* (ser) e o *dasein* (ser-no-mundo), atuando no momento presente, “no ‘aqui e agora’ situativo” (Lopes, 1990, pp. 28,

29). Ela coloca a pergunta: “como é que este modo alterado de estar-no-mundo afeta a sua liberdade de ser e de vir-a-ser e se consubstancia numa forma de existência frustrada?” (Teixeira, 1990, pp. 51-2), impelindo-os a procurar um novo e “verdadeiro sentido” (Lopes, 1990, p. 29) da realidade.

Nesse processo, a pessoa que já não pode observar um objeto, nem ele mesmo o ser, deixa também de ser um sujeito. Somos, para Jaspers (cf. Martins et al., 1990, p. 76) (1) *dasein* constituído por um intra-mundo criado por nós mesmes, (2) uma consciência que permite ler a realidade das coisas através da leitura pessoal, (3) dotados de espírito, (4) e voltados para uma existência (possível) como fonte ilimitada de possibilidades que se cumprem através da liberdade que permite uma auto-aceitação, (5) ao comunicar com o outro que estamos numa busca essencial de ser humano, (6) capazes de vivenciar situações-limites num contexto espaço-temporal específico no qual o sujeito se encontra capaz de atribuir sentidos. O ser que somos só existe mediante o ser que nos cerca, que é o mundo incognoscível na sua totalidade² e que permite a transcendência, i.e. o sistema externo à pessoa, que se faz o locus onde o Eu se pode relacionar com um Tu.

Nesse devenir humano, Ludewig (1992/1998) vai “buscar a raiz do humano no dinâmico ‘eu-tu’, no ‘nós’” (Foerster, 1992/1998, p. 11), colocando assim o ser

² Martins et al. (1990) afirmam que “O ser que nos rodeia é o mundo, na medida em que se relaciona com o nosso próprio ser e enquanto o nosso próprio ser dele faz parte (...). Mas o mundo não é conhecível na sua totalidade e não é simplesmente a soma dos objectos que percebemos nele (...); o que nós conhecemos está no mundo, mas não é o mundo” (p. 77).

humano num campo existencial independente, com a aspiração de poder ultrapassar aos atomismos analíticos, aos reducionismos ontológicos e às causalidades lineares. Baseia-se assim numa ideia de que todo processo transformador afeta tanto “processos biológicos individuais” como “sócio-comunicativos” (Ludewig, 1992/1998, p. 75).

Neste sentido, qualquer processo transformador é nada menos que um processo no qual o sujeito que busca ajuda é conduzido a transformar o seu ambiente, já que, como diz Peseschkian (1977/1987), os problemas refletem a qualidade das relações com a família e a sociedade. O papel de um psicólogo é, assim, identificar os potenciais da pessoa ante si e canalizá-lo para a auto-ajuda ao mesmo tempo que, através dos problemas existentes, demarca aquilo que Peseschkian denomina como os quatro domínios da vida.

A ERA DA TRANSCULTURALIDADE E O PAPEL DO LOGOTERAPEUTA

Vivemos numa era na qual as mudanças sócio-políticas acontecem rapidamente. Presidentes negros são eleitos em países racistas e membros da classe proletária de países eletistas assumem o cargo máximo de sua nação. Mulheres e homens saem às ruas em países dominados por governos déspotas para clamar por um sistema participativo e democrático. As nações do mundo cada vez mais demonstram pontos em comum, característica dessa transversalidade internacional das características humanas.

Peschkian (1977/1987) denomina quatro aspectos que são manifestos por todos os

seres humanos, a saber (1) a dimensão do corpo, (2) a dimensão de realizações na qual o trabalho é o foco daqueles mais voltados para ela, (3) a dimensão relacional, voltada para o estabelecimento de relações experienciadas entre as pessoas e (4) a espiritual, somando-se todas naquilo a que designa de princípio de equilíbrio. Caberia a cada indivíduo alcançar um equilíbrio focado nessas quatro dimensões para usufruir de uma vida sem conflitos. Mas — o modelo cresce — tendo o ser humano uma tendência diferente para aprender e adquirir conhecimentos, dificilmente este equilíbrio seria alcançado.

Ao observarmos os diversos sistemas de relações humanas, compreendemos que existem “aspectos da vida –individual e coletiva– transmitidos implícita ou explicitamente, entre os componentes do sistema” (Cervený & Berthoud, 1997, cit in Falcke & Wagner, 2003, p. 27), conceitos e aspectos familiares considerados importantes para cada grupo específico que acabam abrangendo toda a ideologia desse mesmo grupo (crenças, mitos, segredos, etc.).

Se olharmos para segmentos culturais oriundos de um ou outro local, tendemos a categorizá-los como guerreiros, voltados para a dimensionalidade física da luta e da força; os trabalhadores, focados na realização de trabalhos eficazes; os românticos que se voltam para a importância das relações humanas; e os eruditos, voltados para a espiritualidade, a filosofia e a transcendência. Se conseguíssemos encontrar um povo na Terra que articulasse todas essas dimensões, esse seria porventura um povo que tanto econômica como socialmente seria o mais desenvolvidos de todos. Contudo, cada cultura

propicia o desenvolvimento de uma ou de outra dimensão — italianos são vistos como terunurentos, românticos até, voltados para as relações (essa concepção torna-se mais clara ainda no linguajar não-verbal rico em toques) e administradores voltados para a realização da tarefa (aliás, a burocracia italiana é uma das principais ideias transmitidas ao resto do mundo); germânicos são vistos como metódicos (uma outra forma de demonstrar a dimensão de realização) ao mesmo tempo que físicos (historicamente fortes guerreiros); os povos dos orientes Extremo e Médio parecem ser mais voltados para a espiritualidade (não fossem as religiões mais conhecidas, desde o Cristianismo ao Hinduísmo fruto de mentes orientais).

Mas este modelo não poderia ser completo sem que ele interpretasse desafios e conflitos como potenciais de auspiciar um novo motivo para aquilo que a Logoterapia chamaria de transcendência, sem a qual nenhum ser humano seria capaz de encontrar sentido algum no seu dia-a-dia ou no seu sofrimento.

Por isso, o logoterapeuta, no século XXI, deve ir além de salvar uma pessoa da sua angústia existencial — que, no final das contas, pode resultar, em depressão, adição e agressão —, mas no bem-estar de toda a população. O seu objetivo deve ser contribuir com a luta contra “a economia mental e comportamental” que “tende à estabilidade, evita as perturbações e prefere a certeza do conhecido, a segurança do controlável” e, que em último caso, conduz “[a]os preconceitos e às ideologias racistas e xenófobas”, eliminando o “déficit de informação (conhecimento sobre) e compreensão (pensamento analítico e pensamento crítico)” (Lozano & Rivas, 2003, pp. 141-2). Por outras

palavras, cabe ao logoterapeuta lutar contra a hipótese de ignorância, encorajando o sistema educacional a compreender que na “nossa época a educação tem que por o máximo empenho não só em proporcionar ciência, senão também em afinar a consciência” (Frankl, 1974/2002, p. 104), a partir da qual ele é capaz de analisar os resultados de suas próprias observações dos fenômenos, indo para além de conceitos pré-fabricados por terceiros, dos pré-conceitos.

NOVOS MODELOS RELACIONAIS

Da mesma forma que o observador do fenômeno deve ser capaz de utilizar a sua “verdadeira liberdade” que “que consiste em escolher e organizar o seu próprio destino”, deve-se permitir que é o outro — o guerreiro numa sociedade de realizações laborais, o imigrante na Europa, o pobre no mundo capitalista ou o negro numa sociedade racista —, seja “livre para criar o seu próprio destino, agindo sem um guia, movendo-se num mundo absurdo, eis o homem, responsável pelos seus atos perante si próprio e perante a humanidade porque cada uma das suas ações o compromete a si e aos outros” (Campiche et al., 1992, pp. 31, 38, 39). O ser humano, em tais condições, não pode deixar de assumir a sua responsabilidade como “nota distintiva” de “sua humanidade” (Guberman & Soto, 2005, p. 122): a sua existência baseia-se no “suposto fundamental de que o homem simplesmente não ‘é’, senão que sempre decide o que será no momento seguinte” (Frankl, 2001, p. 73), fazendo dele o único ator pertinente perante as suas próprias decisões. Mas, e se as condições não o permitirem? Se numa sociedade um grupo étnico cresceu às custas do trabalho escravo de outro grupo étnico? Como solucionar essa situação? Fingir

que nada acontecera antes e seguir avante numa aparência de igualdade? A II Lei da Ontologia Dimensional de Frankl (cf. Figura 1) ensina que se objetos tridimensionais refletem uma mesma sombra, não quer dizer que sejam o mesmo objeto — pelo contrário, cabe ao observador do fenômeno ser capaz de distinguir as combinações que levam à constituição de cada um desses elementos tridimensionais e trabalhá-los de forma diferente. Este é o verdadeiro conceito de justiça social que podemos encontrar na Logoterapia, quando o diferente, ainda que manifestando os mesmos fenômenos é visto e tratado como diferente.

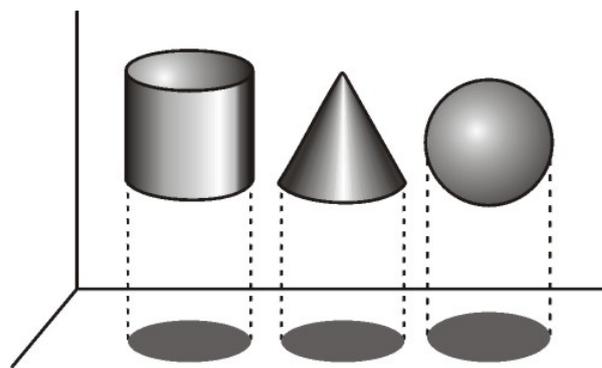


Figura 1 Representação gráfica da segunda lei da ontologia dimensional

Assim, para que o outro possa alcançar o sentido, a sociedade precisa criar condições que favoreçam o seu crescimento progressivo, facilitando-lhe as devidas condições para se tornar capaz de estabelecer metas, “definidas internamente”, “diferentes das do ambiente físico” (Simon et al., 1984/2002, p. 38): é nas relações que o ser humano dá e recebe do meio (valores criacionais e vivenciais de Frankl), chegando-se “à etapa da maturidade (...) quando a relação não significa um meio para um fim, isto é, quando o outro já não se considera como objeto senão como sujeito. Na etapa da maturidade, a relação foi levada a um nível

humano: é um encontro” (Frankl, 1982/2002, p. 27).

Um encontro que só é possível quando aqueles que detém ou não detém o poder estão ambos dispostos em relacionar-se num meio que é comum a todos. No momento presente, e de forma generalizada, um observador poderá concluir que a forma como se lida com as temáticas sociais baseia-se num modelo de poder no qual existem aqueles que têm e aqueles que não têm o poder — reflitamos: quem consegue citar mais que um negro servindo em função máxima no panorama nacional brasileiro? Trata-se de um sistema rígido que cria uma forma de opressão, cuja única solução visível é o auto-isolamento. É por isso que muitos apenas imaginam e opinam que muitos segmentos étnicos estão bem, quando só os esses segmentos conseguem saber se estão ou não — mas, os detentores de poder não reparam ou sequer por vezes inquirir, apenas decidem sobre o outro.

E é por isso que nos últimos anos temos transitado, quase que automaticamente, para um modelo de prazer: onde todos são iguais, evitando-se ver as diferenças porque se trata do politicamente correto; as pessoas e as situações são agradáveis e, portanto, não há o que reclamar. Para isso divulga-se, sistematicamente, informação com o ímpeto de comprovar a similitude humana, mas as reações têm sido evidentes no intento de se estabelecerem determinados comportamentos aos grupos de outras etnias para padronizá-los semelhantemente à população que se considera dominante (e.g. como nos casos que são de conhecimento do autor de escolas cujas diretorias tentam exorcisar crianças que professam fés de matriz africana ou proibem-nos

de vestirem vestimenta branca às sextas-feiras). Trata-se de um erro que leva à frustração e, em última instância, ao caos e à revolução. Assim, uns serão a favor da diferença, enquanto outros serão simplesmente contra, sem saber bem o porquê...

Nisso surge o modelo que porventura devamos almejar: o modelo de sentido. Esta ideia preconiza a unidade na diversidade e a possibilidade de crescimento e de encontro coletivo do sentido da vida. Perante este modelo, as diferenças não são toleradas ou simplesmente aceites: senão incentivadas e apreciadas. O seu método estará assente numa consulta livre e independente entre todos, pois as diferenças são as promotoras da criatividade e somente perante a criatividade se pode produzir algo novo e inovador. A nobreza humana é, assim, promovida através do direito à escolha: em conjunto, procura-se, descobre-se e aplica-se a verdade. O sentido da vida torna-se algo mais realista, pois nos envolvemos em atividades conjuntas, produzindo algo que consideramos útil e todos nós, das mais diversas origens percebemos que não somos um mero conjunto de pessoas, mas indivíduos com diferentes capacidades e visões, baseados nas nossas diferenças étnicas, culturais, geográficas, idiomáticas, sociais e também individuais.

CRIANDO UMA SOCIEDADE BASEADA NAS RELAÇÕES DE SENTIDO

Essa sociedade, poder-se-ia afirmar, estaria entre outros, baseada nos pressupostos da Escola do Positivismo, fundado por Auguste Comte, que nos conduz a uma harmonia lógica na essência individual assim como no espírito social — o espírito positivo. Isso conduz à

descoberta de sentido e ao estabelecimento de uma harmonia entre existência e movimento, interrelacionando as organizações sociais e a vida de cada um, e a solidariedade entre a ordem e o progresso (Peev, s./d.). Assim, o espírito humano só pode ser compreendido como inseparável, unido, completo — e assim deveria também ser o sistema social: espiritual, inseparável, unido e completo. Uma visão dessas implicaria aceitar todos os grupos sociais, sem importar com o seu foco em cada uma das dimensões de Peseschkian ou a sua aparência física ou a sua capacidade cognitiva de decidir ou a sua dimensão mais humana de lutar contra as intempéries de conflitos ou crises (respectivamente as dimensões física, psíquica e noética de Frankl).

Mas, mais do que isso, torna-se necessária a participação universal de todos os segmentos da sociedade, através da superação de dicotomias. A realidade — física, psíquica ou espiritual — é muito vasta para ser compreendida em sua totalidade. Não é irracional, então, a execução de um trabalho heurístico, que permite e impele a ciência a dividir o humano com o ímpeto de o adaptar e ajustar às suas possibilidades e limitações (Freire, 2002), para depois integrá-lo novamente num quadro coerente e completo. Os conflitos entre pessoas de diferentes etnias, nacionalidades e religiões são exemplos do tipo de problemas que surge quando uma visão fragmentada de realidade é imposta sobre a existência humana. A integridade da raça humana é a realidade e suas divisões segundo etnias ou nações são criações da mente humana. Uma fragmentação descuidada conduz-nos a dicotomias que são em sua maioria imaginárias — trabalho, lazer, vida familiar, vida espiritual, vida material, cuidado

com a saúde física, atividades intelectuais, educação dos filhos, desenvolvimento individual, desenvolvimento coletivo e assim por diante, como se a vida pudesse ser compartimentada. Uma sociedade voltada para o sentido não aceita as dicotomias e percebe a necessidade de um equilíbrio entre as várias demandas dos muitos aspectos da vida. Mas isso não quer dizer dividir o tempo de forma equitativa entre as várias demandas, ou dar certa prioridade e focar as energias naquilo que se considera como o objetivo mais importante num período específico de tempo. Apesar da utilidade de se dividirem cautelosamente tempo e energia, em última instância isso também contribui para a fragmentação, levando a tensão e ansiedade, salvo mediante a consciência da necessidade de equilibrar as várias dimensões da vida humana. No caso dos jovens, por exemplo, estudar e servir como voluntários em alguma instituição pode ser considerado mutuamente excludente — mas ao utilizar os estudos como meio de aprofundamento e esse serviço como espaço de aplicação de conhecimento, a integração é alcançada.

Por isso as novas políticas públicas devem superar as dicotomias, mas não através de uma negociação de interesses ou de algum tipo de reciprocidade política e/ou partidária. Devemos ter em mente a I Lei da Ontologia Dimensional, que nos lembra que um objeto pode manifestar duas sombras, dois resultados, permitir duas visões de mundo, dependendo do ângulo do observador. Neste sentido, não se pode ir por um ou outro caminho, escolhido por uma maioria ou por um grupo mais forte. As dicotomias são eliminadas na plenitude da tridimensionalidade de Frankl.

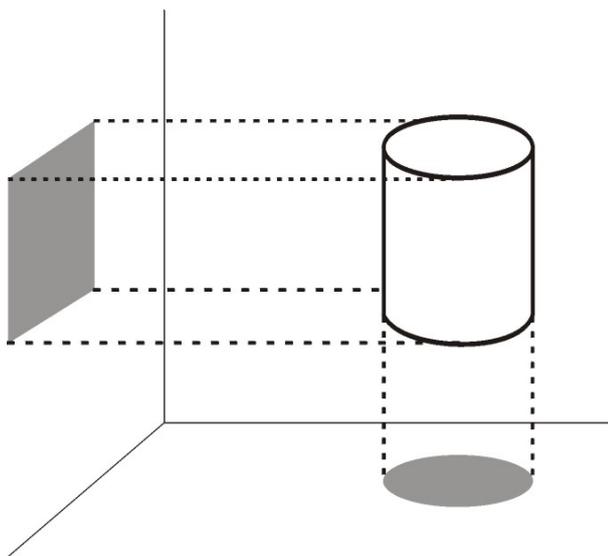


Figura 2 Representação gráfica da primeira lei da ontologia dimensional

A transformação social para um modelo focado no sentido só será possível envolvendo mudanças nas escolhas individuais e nas estruturas e normas institucionais, empoderando indivíduos de todas as idades a reconhecerem e desenvolverem as suas capacidades noéticas e a canalizar as suas energias coletivas em direção à melhora de suas comunidades. Conforme dito anteriormente (Cyrus, 2013):

Não se pode, portanto, esquecer das aspirações das crianças do mundo e a sua necessidade de educação moral, desenvolvendo aulas que foquem no estabelecimento das fundações de um caráter nobre e sublime — voltado para a criação e

para as relações. Os pré-jovens, com idade entre os 11 e os 14 anos, devem ter os meios para canalizar as suas energias construtivas e criativas em direção à melhora de suas comunidades, criando, eles mesmos, um ambiente de aprendizagem que lhes permita formarem as suas identidades morais nesse momento crítico de suas vidas e a desenvolverem as suas potencialidades. Todos são, portanto, convidados a fazerem parte de pequenos grupos de aprendizagem participativa em volta de conceitos e temas que os encorajem a se tornarem agentes de transformação em suas comunidades dentro de uma dinâmica de aprendizagem e uma orientação para o serviço e, com o “sentimento de fazer algo” encontrar “a consciência de viver de maneira significativa” (Frankl, 2005, p. 94).

A construção de comunidades sustentáveis voltadas para o sentido resultará portanto da real efetivação dos direitos humanos — não como algo que vem de 1948 da cúpula internacional, mas como algo que sai no século XXI das bases da sociedade, tornando-a livre, ao mesmo tempo que responsável.

O sonho de Viktor Frankl só será realizado se a sociedade tornar-se plenamente livre e responsável, e quem melhor que os logoterapeutas para trilharem esse caminho?

REFERÊNCIAS

- Campiche, C., Hippolyte, J. C. & Hipólito, J. (1992). *A comunidade como centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cyrus, S. (no prelo). Positive and Transcultural Psychotherapy. In Leeming DA (Ed.) *Encyclopedia of Psychology and Religion*, 2nd ed., pp xx–xxx. Springer New York Heidelberg Dordrecht London.
- Cyrus, S. (2012). Logoterapia, Direitos Humanos e Sustentabilidade: Repensando modelos. *Revista Logos & Existência*, 1(2), 138-147.

- Falcke, D. & Wagner, A. (2003). La dinámica familiar y el fenómeno de la transgeneracionalidad: definición de conceptos. In Wagner, A. (coord.), *La transmisión de modelos familiares* (pp. 21-43). Madrid: Editorial CCS.
- Foerster, H. von (1998). Unas palabras introductorias. In Ludewig, K. (Org.) *Terapia sistémica: Bases de teoría y prácticas clínicas* (pp. 9-11). Barcelona: Editorial Herder. (Trabalho original publicado em 1992).
- Frankl, V. E. (2005). *Las raíces de la Logoterapia – Escritos Juveniles 1923-1942*. Buenos Aires: Fundación Argentina de Logoterapia “Viktor E. Frankl”.
- Frankl, V. E. (2002). *La voluntad del sentido – Conferencias escogidas sobre logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder. (Trabalho original publicado em 1982).
- Frankl, V. E. (2002). *La presencia ignorada de Dios – Psicoterapia y religión*. Barcelona: Editorial Herder. (Trabalho original publicado em 1974).
- Frankl, V. E. (2001). *Psicoterapia y existencialismo – Escritos selectos sobre la logoterapia*. Barcelona: Editorial Herder.
- Freire, J. B. (2002). *Acerca del hombre en Frankl*. Barcelona: Editorial Herder.
- Guberman, M., & Soto, E. P. (2005). *Diccionario de logoterapia*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen Hvmánitas.
- Instituto Ruhí (2007). *Liberando os Poderes dos Pré-Jovens*. Mogi-Mirim: Editora Bahá’í do Brasil.
- Lopes, G. (1990). Fenómeno e Sintoma. *Fenomenologia e Psicologia: Actas das 1.ªs Jornadas de Psicologia e Psicopatologia Fenomenológicas e Existenciais*, 25-39.
- Lozano, A. L. & Rivas, C. D. (2003). Comprensión de los fenómenos migratorios y actitudes hacia los inmigrantes entre los estudiantes de educación secundaria. *III Seminario sobre la investigación de la inmigración extranjera en Andalucía*, 141-156.
- Ludewig, K. (1998). *Terapia sistémica: Bases de teoría y prácticas clínicas*. Barcelona: Editorial Herder. (Trabalho original publicado em 1992).
- Martins, E., Martins, H. e Alvarez, M. (1990). A Fenomenologia de Karl Jaspers: Alguns Conceitos Psicopatológicos. *Fenomenologia e Psicologia: Actas das 1.ªs Jornadas de Psicologia e Psicopatologia Fenomenológicas e Existenciais*, 75-84.
- Peev, I. P. (s/d.). *Positive psychotherapy: The first ambassador to new Europe in 21st century*. Varna: Naval Academy “Nikola Vaptsarov”.
- Peseschkian, N. (1977). *Positive Psychotherapy*. Germany: Springer Verlag. (edição em inglês: 1987).
- Simon, F. B., Stierlin, H., & Lewis, L. C. (2002). *Vocabulário de Terapia Familiar*. Barcelona: Gedisa Editorial. (Trabalho original publicado em 1984).
- Teixeira, J. A. C. (1990). Fenomenologia, Existencialismo e Psicopatologia. *Fenomenologia e Psicologia: Actas das 1.ªs Jornadas de Psicologia e Psicopatologia Fenomenológicas e Existenciais*, 47-54.

Enviado em: 21/12/2013

Aceito em: 22/12/2013

SOBRE O AUTOR

Sam Cyrours. Membro da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial, membro da Academia Internacional para a Psicoterapia Positiva e Transcultural, Terapeuta Familiar, e serve como consultor de Direitos Humanos, nomeadamente nas Secretarias de Promoção de Igualdade Racial e Assessoria Especial de Direitos Humanos de Goiânia.